



JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ

Rua Paraná, 833 - Bairro Centro - CEP 86400-000 - Jacarezinho - PR - www.jfpr.jus.br
Ramal 203

PORTARIA Nº 512, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Constitui a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Jacarezinho, e estabelece critérios para a composição, coordenação e treinamento dos Brigadistas Voluntários, dentre outras providências.

O Dr. ROGÉRIO CANGUSSU DANTAS CACHICHI, MM. Juiz Federal Diretor do Foro, e o Dr. GUSTAVO ALVES CARDOSO, MM. Juiz Federal Vice-Diretor do Foro, ambos da Subseção Judiciária de Jacarezinho - PR, usando das atribuições que lhes são conferidas,

CONSIDERANDO a necessidade de adotar política de prevenção e combate a incêndios, abandono de áreas e primeiros socorros em caso de necessidade, visando a proteção à vida e ao patrimônio público além da redução de eventuais consequências sociais de sinistro;

CONSIDERANDO o crescimento do fluxo de usuários e a necessidade de estabelecer os procedimentos administrativos relacionados à segurança contra incêndio e pânico nas dependências das edificações da Seção Judiciária do Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de capacitar e qualificar pessoal pertencente aos quadros da Seção Judiciária do Paraná, em técnicas específicas em combate a incêndios, abandono de áreas e primeiros socorros, estabelecendo atribuições bem definidas e atuação nas edificações da Subseção Judiciária de Jacarezinho;

CONSIDERANDO, por fim, o contido na NPT nº 017 do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituída a Brigada de Incêndio para atuar em edificações da Subseção Judiciária de Jacarezinho, em eventuais casos de necessidade de abandono de edificações, incluindo situações de incêndio, pânico e exercícios simulados.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria entende-se como Brigada de Incêndio um grupo organizado de pessoas, voluntárias ou não, treinadas e capacitadas para atuarem na prevenção, abandono de edificação, combate a princípio de incêndio e prestação de primeiros socorros, dentro de uma área preestabelecida.

Art. 3º A Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Jacarezinho, conforme Anexo A, Tabela A.1, da NPT 017, enquadra-se no Grupo H, Divisão H4 (Repartição pública, edificações das forças armadas e policiais), risco leve, devendo ser composta por 25% dos servidores, e por ser acima de 750 m², e acrescenta-se mais um servidor, conforme a Nota 4.

Art. 4º Diante do acima exposto, a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Jacarezinho será composta por 6 servidores, abaixo descritos, sob a coordenação do primeiro:

DIRCEU STRESSER, matrícula 10749, sigla dst, diretor de secretaria da 1ª. Vara Federal de Jacarezinho;

LUCIANA COELHO LIMA VIGATO, matrícula 13081, sigla lch, técnica judiciária;

EDUARDO FRANCISCO MOREIRA, matrícula 12884, sigla efs, técnico judiciário;

CARLOS LENIN LADEIRA, matrícula 12988, sigla cni, técnico judiciário;

MARLY CRISTINA DA SILVA, matrícula 11305, sigla mcs, analista judiciária, supervisora da SEAJA; e

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA, matrícula 11970, sigla ouz, técnico judiciário, área administrativa, especialidade segurança e transporte.

§ 1º- A alteração dos componentes da Brigada de Incêndio pode ser realizada de ofício pelo Coordenador da Brigada de Incêndio, tendo em vista a remoção ou outro fator que venha a alterar a lotação do brigadista, o qual deverá informar imediatamente ao coordenador sua mudança para que este informe aos componentes da brigada a alteração, bem como realize as modificações necessárias.

§ 2º - Será providenciado Curso de Brigadistas, para os servidores acima identificados.

Art. 5º São atribuições do Coordenador da Brigada:

I- Convocar e presidir as reuniões da Brigada de Incêndio;

II- Coordenar simulações ou exercícios reais de combate a incêndio, de primeiros socorros e de abandono de prédio, em situações de sinistros ou emergências, previamente autorizados pela Administração;

III- Assumir a coordenação geral das ações, tanto nos exercícios como nos casos reais de abandono, imediatamente após tomar conhecimento do perigo, levando ao conhecimento da Direção do Foro quanto ao acionamento dos alarmes e outras ações necessárias, incluindo a eventual evacuação da edificação e acionamento do Corpo de Bombeiros.

IV- Comandar a equipe no procedimento de abandono das áreas e controle de pânico;

V- Orientar nas saídas de emergências, garantindo que as mesmas sejam liberadas para o abandono de área;

VI- Não permitir a entrada de pessoas, exceto os brigadistas e outros profissionais envolvidos nos sinistros, uma vez iniciado;

VII- Averiguar se o abandono de área foi completado, examinando recintos fechados, como: banheiros, subsolos, elevadores, salas, etc;

Art. 6º A inclusão ou saída de membros da Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Curitiba poderá ser realizada em cada treinamento de reciclagem, devendo para tanto a solicitação formal ser realizada para o Coordenador da Brigada, com a respectiva justificativa.

Parágrafo único: Para ingresso e realização de treinamento e reciclagem para a Brigada de Incêndio serão escolhidos, preferencialmente, aqueles que tenham permanência regular na edificação, boa condição física e boa saúde.

Art. 7º Os indicados a brigadistas selecionados conforme o disposto no art. 3º, Parágrafo único, desta Portaria deverão frequentar curso de aulas teóricas e práticas, com carga horária mínima, requisitos e periodicidade de reciclagem conforme disposto NPT nº017 do Corpo de Bombeiros do Paraná, ou norma posterior que venha a substituí-la.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Alves Cardoso, JUIZ FEDERAL** SUBSTITUTO, em 24/04/2019, às 14:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Cangussu Dantas Cachichi, JUIZ FEDERAL**, em 26/04/2019, às 17:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4619765** e o código CRC **FD87483D**.

0000364-06.2019.4.04.8003

4619765v9